



AS ORIGENS TEÓRICAS DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4005

José Victor de Lara, UEM

Resumo

Objetiva-se examinar os aspectos teóricos, as experiências na política internacional e o contexto engendrado pela Revolução Cubana que serviram de base para a criação e implementação da Aliança para o Progresso. Esse vasto programa de ajuda externa elaborado pelos Estados Unidos para a América Latina, ainda no início da administração John F. Kennedy (1960-1961), alterou profundamente as relações interamericanas, na tentativa de oferecer a região uma alternativa modernizadora capitalista que se contrapusesse ao ideário socialista. Analisaremos como as experiências da Operação Pan-Americana e do *Point Four* – outros programas de cooperação direcionados a América Latina – influenciaram na construção da nova doutrina. A Aliança partia do pressuposto que as profundas desigualdades sociais no interior das sociedades latino-americanas levavam a radicalização política e, conseqüentemente, ameaçavam a segurança nacional dos EUA. Essa perspectiva deu origem ao que ficou conhecido como teoria da modernização, tendo como principal idealizador W. W. Rostow. Desta forma, os EUA se colocavam como indutor da modernização das sociedades latino-americanas por meio da ajuda externa. Demonstraremos a evolução desse pensamento e como ele alcançou o alto *staff* acadêmico nos EUA na década de 1950 e norteou toda a visão do governo Kennedy para a América Latina. De fato, a Aliança vinha para suprir um anseio dos países latino-americanos desde o pós Segunda Guerra, quando tentaram barganhar a criação de um Plano Marshall para o subcontinente. No entanto, a Aliança para o Progresso terminou contraditoriamente apoiando ditaduras militares de viés autoritário pela América Latina, distanciando-se de sua concepção inicial.

Palavras Chave:

Aliança para o Progresso; Política Externa; Estados Unidos; Teoria da Modernização.

Introdução

Em 1961 os Estados Unidos deram início a um ambicioso programa de ajuda externa destinado à América Latina denominado Aliança para o Progresso. Podemos facilmente discutir as relações entre os EUA e o subcontinente nesse período com base nas premissas do programa. Obviamente que nem todos esses pressupostos foram unanimidade entre os arquitetos da Aliança, porém, é certo que se formou uma síntese sobre o papel dos EUA naquele contexto balizando os pronunciamentos e práticas durante os anos do governo de John F. Kennedy.

Desde o fim da Segunda Guerra, lideranças latino-americanas almejavam um programa de desenvolvimento econômico nos moldes do Plano Marshall. No caso do Brasil, a participação no conflito mundial tinha claros propósitos de alcançar uma relação especial com os EUA e assim angariar recursos para avançar no projeto de industrialização nacional. O programa, porém, só chegou em 1961, em Punta Del Leste, quando o governo John F. Kennedy apresentou aos países da América Latina a Aliança para o Progresso. Com o objetivo de promover o rápido crescimento econômico – fundamentado na construção de acordos regionais de comércio de *commodities* e na integração econômica regional com financiamento de fontes de capital privado e estatal – o programa consistia na aplicação de cerca de 20 bilhões de dólares em 10 anos, destinados à construção de hospitais, portos, estradas, moradias, usinas de energia e escolas. (TAFFET, 2007).

Em contrapartida os países

beneficiários dos recursos do programa deveriam promover a reforma agrária e fiscal para aumentar a eficácia dos recursos alocados ao desenvolvimento, bem como promover a extensão de direitos políticos. Dessa forma assumiu-se um consenso que o crescimento econômico, a equidade social, a estabilidade política e a democracia constitucional poderiam levar a América Latina a uma década de prosperidade (LOWENTHAL, 2017).

A Aliança para o Progresso pode ser vista também como uma reação urgente a Revolução Cubana de 1959. Após a vitória das forças de Fidel Castro contra Fulgêncio Batista e sua entrada no bloco soviético que se formaliza em 1961, os EUA passaram a temer que o descontentamento se espalhasse pela América Latina, principalmente nas grandes cidades em expansão, entre trabalhadores e camponeses organizados em movimentos radicais de caráter anti-estadunidense. Exemplos como o de Castro poderiam surgir em outros lugares do Hemisfério Ocidental, ameaçando a segurança nacional dos EUA.

Outro espectro rondava a América Latina naquele momento. A crença mais ou menos consistente da necessidade de modernização; para os *policy-makers* de Washington era clara a conexão entre a desigualdade social e a efervescência política. As mazelas sociais que atingiam os países latino-americanos era fruto dos graves problemas gerados pela pobreza. Um grande número de intelectuais, políticos, funcionários de diplomacia, estadunidenses e latino-americanos, se reuniam em torno desse ideário, traduzido em duas palavras: modernização e desenvolvimento¹.

¹ A teoria da modernização, como não deixaria de ser, possuía diversas vertentes e se expressava de forma diferenciada em cada país. Na Argentina a partir de 1956, no pós peronismo, a ideia de modernização se apresenta com pujança nos meios intelectuais, o clássico de Gino Germani *Sociologia de la Modernización*, de 1969, continua a

ser uma das principais referências. No Brasil, o economista Celso Furtado assumia o papel de debatedor divergindo dos teóricos da modernização, argumentando que esse pensamento levaria a continuidade do subdesenvolvimento brasileiro, descreditando nas formulas apresentadas. No entanto, nossa

O historiador temporalmente afastado do evento histórico pode facilmente enxergar como a Aliança para o Progresso se distanciou profundamente de seus objetivos iniciais. A série de ditaduras militares que se instauraram na América Latina a partir da década de 1960, promovidas com o amplo apoio dos EUA, vai na direção contrária de todos os pressupostos básicos da Aliança. No entanto, numa perspectiva crítica, o objetivo central do programa foi cumprido: impedir o surgimento de novos governos socialistas ou comunistas na América Latina, mesmo que freados por golpes militares.

Neste trabalho, não analisaremos a Aliança para o Progresso em funcionamento, nem seu legado, a nosso ver, catastrófico. Nosso objetivo é mapear as origens teóricas do pensamento que norteou o governo John F. Kennedy e como ocorreu a evolução da teoria da modernização até onde esta se torna uma ideologia com eco na política externa estadunidense, seguindo a tese de Latham (2000). A Aliança representou uma modificação profunda na forma como a ajuda externa foi utilizada durante a Guerra Fria, ao contrário de outros programas com vistas a desenvolver ou reconstruir uma região economicamente deficiente, a Aliança para o Progresso caracterizou-se pela tentativa de reformar as bases estruturais das sociedades latino-americanas, tendo como elemento norteador os valores culturais estadunidenses. Analisar essa trajetória é o objetivo central deste trabalho.

As Experiências Passadas: *New Deal*, Plano Marshall, Operação Pan-Americana e o *Point Four*

Segundo Ribeiro (2006), o fator explicativo para a que a ajuda externa tenha se tornado tema central da política interna estadunidense, surgindo com um sentido positivo e de forma substancial no

pós Segunda Guerra, é o surgimento dos novos estados nacionais, em sua maioria com graves problemas sociais e econômicos. No contexto da Guerra Fria, onde dois blocos políticos disputam o poder mundial, esses países chamaram a atenção dos EUA, engendrando uma certa racionalidade:

Esta racionalidade propunha um esquema, que em linhas gerais, foi a base de todo o processo. A ajuda externa americana teria dois maiores objetivos: promover o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e contribuir para o fortalecimento militar de certas nações no sentido de promover a segurança nacional americana contra inimigos externos. Estes objetivos apontavam para conjuntos diferentes de meios a serem usados, e a ênfase da política pendeu de um para o outro. Após algum tempo, mas não de forma duradoura, os objetivos foram unidos numa única, linear equação: o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo era importante para a segurança nacional americana (RIBEIRO, 2008, p. 28).

Ainda na perspectiva de Ribeiro, a ajuda externa remonta por várias razões ao *New Deal*. O sucesso do plano de recuperação econômica de Roosevelt e seu *brain trust* assegurou o futuro da política liberal progressistas. Corrigindo o mercado e suas disfunções, o *New Deal* provou que o planejamento nacional poderia conduzir a expansão econômica.

Assim, a experiência do *New Deal*, numa perspectiva liberal, possibilitou a recuperação econômica dos Estados Unidos, superando a grande depressão. Obviamente que esta perspectiva pode ser facilmente contestada, porém, não cabe aqui adentrar a esse espinhoso debate. O *New Deal* tornou-se um paradigma de um tipo de política pública, sendo retomado como elemento norteador em

preocupação se concentrará em como esse pensamento se originou nos Estados Unidos,

mais especificamente a vertente de Walt W. Rostow.

empreendimentos futuros. Porém, o fator elementar para nossa análise é seu legado: a consolidação de uma geração de técnicos e burocratas afeiçoados com o planejamento público, que durante um longo período vão atuar nas mais diversas frentes do governo estadunidense².

A maioria desse *staff* atuaria de forma direta durante a elaboração e vigência do Plano Mashall³. Com toda certeza as dimensões desse programa de ajuda externa é evidentemente maior e está inextricavelmente ligada ao contexto do limiar da Guerra Fria. Michael Hogan argumenta que o Plano Marshall deve ser entendido com a busca dos EUA por uma nova ordem não apenas na dimensão externa, mas também na política doméstica. Formando um conceito que Hogan chama de “capitalismo corporativo”,

uma economia política americana fundada em grupos econômicos autogovernados, integradas por uma coordenação institucional e mecanismos normais de mercado, liderados por uma elite pública e privada cooperante entre si, alimentada por um poder governamental limitado, porém positivo, legitimada por um crescimento econômico por todos compartilhado (HOGAN 1987, p. 3).

Essa perspectiva alterou os rumos da diplomacia estadunidense, que buscou reestruturar a economia mundial em linhas similares a da ordem corporativa interna dos EUA. O Plano Marshall se formou a partir dessa perspectiva, unindo vários quadros fora da burocracia

governamental, criando laços estreitos com empresas privadas e comitês consultivos⁴. Em suma, nossa argumentação é que a política da produtividade desenhada com o Plano Marshall para a Europa, pretendia levar o velho continente a liberalizar o comércio intra-europeu, usando instituições para coordenar políticas nacionais, eliminar preocupações vistas como arcaicas sobre auto-suficiência nacional e autonomia e abolir os velhos hábitos de acordos bilaterais e protecionismo. Era necessário dar espaço para uma economia mundial, racionalmente ordenada e organicamente integrada, fazendo da Europa uma extensão dos EUA. Obviamente essas visões não se consolidaram. A invasão da Coreia em novembro de 1950, precipitou o fim do plano Marshall e levou a política externa estadunidense a uma guinada. A coalizão conservadora que se forma no Capitólio, conduziu a diplomacia estadunidense a adotar uma abordagem muito mais militarizada.

Logo após a Segunda Guerra, os *policy-makers* perceberam que outras ferramentas poderiam ser usadas para a Guerra Fria, além do poder econômico. A enorme capacidade técnica e as novas tecnologias poderiam ser elementos poderosos para aumentar a capacidade de produção de regiões mais pobres. Foi com essa intenção que em 1949 Harry Truman lançou um programa de assistência técnica denominado *Point Four*.

No discurso de posse de Truman, ao delinear sua política externa em quatro pontos, o último afirmava que: “devemos pôr em execução um novo programa audaz, para que os benefícios de

² A trajetória do embaixador Lincoln Gordon, conhecido por sua atuação no golpe de 1964, é emblemática para este caso. Entre 1952 e 1955, Gordon trabalhou no Departamento de Estado como Diretor do Plano Marshall na embaixada dos EUA em Londres. Em 1960, integrou a Força Tarefa de John F. Kennedy.

³ Outros órgãos com a finalidade de promover ajuda externa surgiram no fim da Segunda Guerra,

é o caso da *United States Relief and Rehabilitation Administration* – UNRRA, que teve como objetivo auxiliar os povos pobres que tinha sido sofrido com a guerra. O Brasil contribuiu com o programa fornecendo café e carne bovina.

⁴ É significativo a participação do grande nome da Fundação Ford Paul Hoffman no Plano Marshall entre 1948 e 1950.

nossos avanços científicos e progresso industrial sejam colocados à disposição do melhoramento e crescimento das regiões subdesenvolvidas⁵. Com o *Point Four* os EUA estendiam efetivamente seus programas de ajuda para além da Europa e do Japão. A ideia era que a combinação de ajuda técnica atrairia investidores para os países do chamado Terceiro Mundo.

No interior do Departamento de Estado foi criada o *Technical Cooperation Administration* – TCA que ficou encarregado de conduzir os trabalhos. O primeiro país a receber os recursos técnicos do *Point Four* foi o Irã em 19 de outubro de 1950. O fato do programa não se focar em um local específico foi uma inovação em termos de ajuda externa. Para Truman era uma forma de se contrapor ao discurso da propaganda comunista que as nações capitalistas não poderiam fornecer aos seus cidadãos um padrão de vida decente nas áreas subdesenvolvidas do planeta (RIBEIRO, 2006).

Nossa outra análise de experiência é a Operação Pan-Americana (OPA), formulado durante o governo Juscelino Kubitschek. A OPA foi uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, na qual se insistia que o desenvolvimento e a erradicação da miséria como ferramentas eficazes para evitar a penetração de ideologias comunistas que se apresentavam como solução para países atrasados. Sua idealização começou a partir de uma troca de cartas entre JK e o presidente Eisenhower, entre 28 de maio e 5 de junho de 1958. O objetivo era reformular um ideal pan-americanista que, por intermédio da cooperação econômica, reuniria a população do hemisfério em direção ao desenvolvimento e formaria um escudo de proteção contra o comunismo (CERVO; BUENO, 2015).

Seu diferencial estava na

concepção de que somente a ajuda econômica não resolveria os graves problemas da América Latina, era necessário complementar aspectos políticos e econômicos. A OPA marca também uma reviravolta do governo Eisenhower (1953-1961), que até o momento negligenciava as exigências latino-americanas. Com a Operação Pan-Americana um novo esforço foi iniciado para trazer as nações do terceiro mundo para o bloco ocidental.

Após 20 anos de governos democratas, Eisenhower se diferenciava de seus predecessores por substituir as doações de ajuda externa por empréstimos, além de colocar o capital privado como principal eixo condutor do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, era a tentativa de ressuscitar uma política de expansão do capitalismo dirigida pelo setor privado em vez do capital estatal, como havia ocorrido com Roosevelt e Truman. Sua negligência e o fato de não reconhecer que as desigualdades sociais possuíam um potencial disruptivo na América Latina, engendrou um período de intensos movimentos anti-estadunidenses na região, bem como alimentou um forte sentimento nacionalista – elemento que as lideranças estadunidenses tinham grandes dificuldades de compreender e quase sempre interpretavam essas ações nacionalistas como ações da esquerda.

Para entender a OPA como uma força importante no debate do fim da década de 1950, é preciso compreender essa conjuntura. Um dos mais emblemáticos episódios foi a desastrosa viagem de Richard Nixon – então vice-presidente do governo Eisenhower – por algumas cidades latino-americanas. A passagem foi marcada por uma onda de manifestações anti-estadunidenses. Em Lima, Nixon sofreu cusparadas por onde passou, fato amplamente explorado pela

⁵ Discurso extraído de BLACK, L. *A Estratégia da Ajuda Externa*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1968, p. 28.

imprensa da época. Em Caracas, o vice-presidente foi cercado e apedrejado, fazendo com que as forças armadas dos EUA posicionadas no Caribe entrassem em estado de alerta. Para Washington tratava-se de uma evidência clara da disseminação do comunismo na região, considerando o padrão aparentemente coordenado das manifestações (RIBEIRO, 2011; FICO, 2008).

A Operação Pan-Americana foi o pináculo da política externa de Kubitscheck, porém, não obteve os resultados esperados, apesar do ímpeto que suscitara. Em 1960 era mais intenção do que um projeto concreto. Para Cervo e Bueno, isso se devia por falta de consistência para a sua implementação, sendo uma ideia feliz, aceita e quase todo o hemisfério, mas que carecia de projetos específicos para passar à ação. A questão que se deve salientar é que a OPA, mesmo não tendo logrado seus objetivos iniciais, lançou bases tanto para o que viria a ser a PEI no Brasil, quanto para a Aliança para o Progresso nos EUA (CERVO; BUENO, 2015).

A Teoria da Modernização: W. W. Rostow e Max Millikan

Desde o final da década de 1940 até meados da década de 1960, tanto os elaboradores da política externa dos EUA quanto os seus pares da URSS estavam convencidos de que o mundo atravessava um momento crucial do seu desenvolvimento. Nesse contexto, ambos os lados acreditavam que a história estava do seu lado. Nos EUA, destacados intelectuais ligados ao círculo das elites dirigentes, como Talcott Parsons, Walt W. Rostow, Daniel Lerner, Max Millikan, entre outros.

A teoria da modernização nasce em um momento de febre ideológica, no contexto da Guerra Fria. Ela foi formulada para conter o apelo do marxismo-leninismo para os países do Terceiro Mundo, sedução ampliada pelas aparentes conquistas da URSS. Ribeiro

destaca que o medo de que esta estivesse providenciando um exemplo superior de desenvolvimento animou o pensamento dos cientistas sociais e do governo dos EUA (RIBEIRO, 2006).

A doutrina delineada por Walt Rostow e Max Millikan esta exposta na obra *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*, obra escrita no âmbito de um extenso programa de pesquisa do *Center for International Studies* (CIS) do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). O livro *A Proposal* foi um dos primeiros a examinar sistematicamente os problemas da política americana para as regiões subdesenvolvidas e redigir uma proposta concreta. Na segunda metade dos anos de 1950, os autores e especialmente Rostow, estavam no apogeu de suas carreiras acadêmicas, realizando uma intensa fase produtiva publicando ensaios e participando de palestras nos mais renomados espaços.

A obra é bem estruturada e facilmente compreensível até mesmo para um público leigo em conceitos econômicos ou de Relações Internacionais. Outro ponto elementar de *A Proposal* é que ele é a expressão de uma nova e liberal perspectiva que veio tornar-se a principal visão dos anos Kennedy, influenciando o pensamento e a política do presidente estadunidense sobre o papel dos EUA em relação ao mundo subdesenvolvido. Arthur Schlesinger credita a Rostow a articulação do principal propósito do programa de ajuda de Kennedy: empurrar as nações pós-coloniais para o *take-off* em direção ao crescimento auto-sustentado. De acordo com os autores:

“[...] a tese deste livro é que um vasto programa a longo prazo de participação americana no desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas poderia ser um dos principais meios para fazer avançar os objetivos da política externa americana. Nós acreditamos que tal programa é um dos poucos instrumentos concretos

disponíveis para alcançar o duplo resultado de (1) aumentar a consciência de que os fins, aspirações e valores do povo americano são os mesmos de outros países, (2) desenvolver sociedades democráticas viáveis, enérgicas e confiantes através do Mundo Livre.” (ROSTOW; MILLIKAN, 1957, p. 01).

Essa teoria de estágios de desenvolvimento ofereceu um bom instrumento analítico para os *policy-makers* americanos e, sua especial visão da história e do caminho para a modernidade, fornecendo uma ordem ao caos que parecia ser o mundo emergente no pós-guerra. Toda a diversidade podia ser reduzida a um esquema simplista, que se transformou em um método técnico de desenvolvimento, que poderia ser aferido através dos indicadores do grau de modernização de um dado país. Assim, as obras de Rostow e Millikan *Etapas do Desenvolvimento* Econômico e a *Proposal* ajudaram a modelar a Aliança para o Progresso e os outros esforços da ajuda norte-americana no período em questão.

John F. Kennedy e a Força-Tarefa

Em 15 de dezembro de 1958, num jantar do Partido Democrata em San Juan, Porto Rico, John F. Kennedy proferiu seu primeiro discurso direcionado a América Latina. Na fala, o tom foi de solidariedade com os povos latino-americanos no combate a subversão comunista na região, aprovou a criação de um Banco Interamericano para o Desenvolvimento, um acordo comercial para a exportação de *commotidies*, enfatizou a necessidade de estreitar os laços culturais e educacionais entre os Estados Unidos e

os países da América Latina, e também discursou em favor da necessidade urgente de reforma agrária na região⁶.

Foi em setembro de 1960, no entanto, que Kennedy começou a dar forma ao que viria a ser sua política externa para a América Latina, distanciando-se do governo Eisenhower-Nixon. Numa viagem de Kennedy ao Texas, já como candidato democrata à presidência dos EUA, um de seus principais assessores, Richard N. Goodwin⁷, teve contato com o periódico espanhol *Alianza*, de onde, após algumas considerações e refinamentos, chegou ao nome Aliança para o Progresso.

Na sequência da eleição de Kennedy em novembro, Goodwin coordenou o estabelecimento uma Força-Tarefa sobre os problemas latino-americanos. O grupo foi presidido pelo ex-secretário de Estado Adolf Berle, Arturo Morales-Carrion, Teodoro Moscoso, Lincoln Gordon, o cientista político Robert Alexander e historiador Arthur P. Whittaker. A Força-Tarefa foi encarregada de avaliar as relações EUA-América Latina e priorizar as tarefas da nova administração na região, apresentando um relatório ao Presidente em 4 de janeiro de 1961.

Esse relatório sintetizou as seguintes percepções sobre a América Latina. 1) que a região continuará a ser uma área de principal preocupação para os Estados Unidos; 2) a nova Administração empreenderia uma nova abordagem para lidar com os sérios problemas latino-americano e outros que poderiam surgir; 3) que a nova abordagem deve ser buscada com confiança no sucesso da nova administração em melhorar

⁶ John F. Kennedy Speeches Remarks of Senator John F. Kennedy at the Democratic Dinner, Billings, Montana, June 15, 1958. Acesso em 29/08/2017:

https://www.jfklibrary.org/Research/Research-Aids/JFK-Speeches/Billings-MT_19580615.aspx

⁷ Richard Naradof Goodwin se juntou a equipe de redação de discursos de John F. Kennedy em

1959 e após a vitória presidencial, passou a atuar como conselheiro especial do presidente. Foi um dos principais membros da Força Tarefa que sistematizou a Aliança para o Progresso. De 1963 a 1964, Goodwin serviu como secretário-geral do *Peace Corps* e também se tornou conselheiro especial do presidente Lyndon B. Johnson.

substancialmente a política de seu antecessor, mas também reconhecendo o fato de não poderem resolver todos os problemas, mas só pode ajudar os latino-americanos; 4) que é e continuará a ser a política dos Estados Unidos de manter e desenvolver o Organização dos Estados Americanos; 5) que o fermento presente na América Latina, que facilita a penetração comunista, é o sinal externo de uma onda de mudanças sociais e políticas que os Estados Unidos não podem e não devem solucionar; 6) do ponto de vista dos Estados Unidos, o atual desafio comunista na América Latina é semelhante ao foi o nazi-fascismo no período Franklin Roosevelt e exige uma resposta ainda mais ousada e mais imaginativa⁸.

Considerações Finais

Como pudemos observar a Aliança para o Progresso foi a síntese de uma teoria que se converteu numa forma de ideologia. Os políticos da *New Frontier* de Kennedy ousaram sistematizar uma série de premissas presentes na teoria da modernização, principalmente na perspectiva elaborada por W. W. Rostow e Millikan, unindo-a com as experiências de política de ajuda das décadas anteriores. A Aliança, portanto, constituiu-se num

monumental esforço estadunidense em propor uma visão de mundo, uma via de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos para se contrapor a perspectiva comunista. Por fim, podemos concluir que não tratou-se de um processo simples, esse tipo de pensamento liberal progressista, concebido retoricamente, mas com amplo respaldo histórico foi a chave de interpretação dos EUA para os países da América Latina até meados da década de 1960.

Referências

- LATHAM, M. E. **Modernization as Ideology – American Social Science and “Nation Building” in Kennedy Era.** Chapel Hill and London: The University of Carolina Press, 2000.
- LOWENTHAL, Abraham F. **Alliance Rhetoric versus Latin American Reality.** *Foreign Affairs.* 5 Sept. 2017. Web. 5 Sept. 2017.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-EUA.** Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de Campinas. São Paulo, 2006.
- HOGAN, M. J. **The Marshall Plan.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico – Um Manifesto Não-Comunista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966 a.
- MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. **A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy.** New York: Harper & Brothers, 1957.

⁸ Fonte: Department of State, Central Files, 732.5-MSP/9-861. Secreto *in* Foreign Relations of the

United States, 1961-1963, American Republics, V. XII, Washington, 1996, p. 934.